



## ENTRAVES ESTRUTURAIS AO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHO POR POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Michael Gabriel Rodrigues Ribeiro<sup>1</sup>  
Gabriel Lange da Silva<sup>2</sup>

O presente estudo analisa os obstáculos enfrentados por pessoas em situação de vulnerabilidade no acesso à Justiça do Trabalho em Rondônia, enfatizando as barreiras econômicas, culturais, geográficas e psicológicas que comprometem a efetividade da tutela trabalhista. Entre as situações recorrentes observadas, destaca-se a prática de assinatura de cartas de demissão sob pressão psicológica, utilizada por empregadores como meio de indução à renúncia de direitos. Essa dinâmica evidencia não apenas a vulnerabilidade jurídica, mas também o comprometimento da saúde física e psíquica do trabalhador, cuja capacidade decisória é afetada pela insegurança e pelo medo do desemprego. A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, conjugando fundamentos do Direito, da Sociologia e da Psicologia, e utiliza como metodologia a análise documental de decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), levantamento bibliográfico e coleta de dados empíricos sobre as condições de acesso à justiça em regiões periféricas e rurais do estado. Os resultados apontam que a soma entre vulnerabilidade socioeconômica, informalidade, falta de orientação jurídica e barreiras tecnológicas aprofunda a exclusão dos trabalhadores do sistema de justiça, revelando a necessidade de políticas públicas voltadas à democratização do acesso e à proteção integral da dignidade do trabalhador amazônico.

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental. Rio Madeira. Porto Velho. Invisibilidade Social. Justiça Ambiental.

### 1 INTRODUÇÃO

O acesso à Justiça do Trabalho constitui direito fundamental consagrado pela Constituição Federal, desempenhando papel central na efetivação dos direitos sociais e

---

<sup>1</sup> Graduando em direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, e-mail: [michaelrodriguesribeiro@gmail.com](mailto:michaelrodriguesribeiro@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em direito pela Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA, e-mail: [gabriellsilvae@gmail.com](mailto:gabriellsilvae@gmail.com).



na tutela da dignidade da pessoa humana no âmbito das relações laborais. Tal prerrogativa revela-se especialmente importante para grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural, cujas limitações estruturais se impõem à concretização da proteção trabalhista e à promoção da justiça social.

No contexto do estado de Rondônia, observa-se a intensificação desses problemas em virtude de fatores socioeconômicos e geográficos singulares, como a distribuição territorial, a presença marcante da informalidade e as restrições ao acesso institucional. Tais peculiaridades dificultam não apenas a aproximação dos trabalhadores à jurisdição especializada, mas também o exercício efetivo dos direitos laborais, sobretudo por parte de populações rurais, migrantes, domésticas e periféricas.

Dentre os fenômenos que evidenciam a vulnerabilidade do trabalhador destaca-se a prática da assinatura de cartas de demissão sob pressão psicológica, frequentemente instrumentalizada por empregadores como mecanismo de coação e indução à renúncia de direitos legalmente assegurados. Esta dinâmica traduz não só uma limitação jurídica ao acesso, mas sobretudo um comprometimento da integridade física e psíquica do trabalhador, que se vê submetido à insegurança, ao temor do desemprego e ao receio de represálias, comprometendo sua capacidade de decisão autônoma.

O presente estudo tem como objetivo central analisar, de forma interdisciplinar, os entraves econômicos, culturais, geográficos e emocionais que permeiam o acesso à Justiça do Trabalho em Rondônia, tomando como referência os impactos diferenciados sobre sujeitos em condição de vulnerabilidade. Para tanto, serão examinadas as limitações impostas pelas barreiras materiais e simbólicas, a atuação das instituições de apoio e a eficácia dos mecanismos de proteção, articulando referenciais teóricos das áreas do direito, sociologia e psicologia.

A relevância da pesquisa reside na capacidade de oferecer diagnóstico crítico sobre as fragilidades do sistema de Justiça do Trabalho frente à realidade regional amazônica, subsidiando a formulação de políticas públicas, estratégias institucionais e práticas jurídicas voltadas à ampliação do acesso e ao fortalecimento da proteção do



trabalhador vulnerável. Ao evidenciar a inter-relação entre vulnerabilidade social e barreiras institucionais, o estudo pretende contribuir para a construção de uma justiça laboral mais inclusiva, efetiva e equitativa.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada em três eixos principais que se complementam na análise da vulnerabilidade de trabalhadores rurais e informais frente ao sistema jurídico.

O primeiro eixo consiste na análise documental e jurisprudencial, com foco em decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) que envolvem coação psicológica, renúncia de direitos e obstáculos ao acesso à justiça.

O segundo eixo contempla o levantamento bibliográfico em obras de referência do Direito do Trabalho, como as de Maurício Godinho Delgado e Alice Monteiro de Barros, além de contribuições da Sociologia do Trabalho e da Psicologia Organizacional, visando compreender as dimensões humanas e estruturais da vulnerabilidade. Por fim, o terceiro eixo envolve pesquisa empírica exploratória baseada em relatórios institucionais do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Defensoria Pública da União (DPU) e de sindicatos locais, os quais evidenciam as dificuldades enfrentadas por trabalhadores em regiões periféricas e interioranas de Rondônia para acessar serviços jurídicos.

A triangulação desses métodos permitirá identificar padrões de exclusão, práticas de coação e limitações institucionais, oferecendo um panorama crítico sobre o funcionamento e os limites de atuação da Justiça do Trabalho no contexto amazônico.

## **3 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Os resultados preliminares revelam que o acesso à Justiça do Trabalho em Rondônia é afetado por uma combinação de entraves econômicos, culturais e estruturais,



agravados pela ausência de políticas de inclusão jurídica e pela distância física entre trabalhadores e sedes judiciárias. Em áreas rurais e periféricas, muitos trabalhadores sequer têm conhecimento sobre seus direitos ou meios de acionar a Justiça, dependendo de intermediários informais ou de sindicatos com estrutura limitada.

A análise das decisões do TRT14 indica que casos de cartas de demissão assinadas sob coação psicológica são recorrentes, sobretudo entre empregados domésticos, rurais e jovens em primeiro emprego. Essa prática é frequentemente mascarada por narrativas empresariais de “rescisão amigável”, mas revela, em essência, uma pressão emocional e estrutural que mina a autonomia do trabalhador.

O estudo identifica, ainda, que a vulnerabilidade física e psíquica do trabalhador é agravada por fatores como assédio moral, sobrecarga de trabalho e medo de retaliação, elementos que reduzem sua disposição de buscar tutela judicial. Soma-se a isso a ausência de Defensorias Públicas especializadas em direito trabalhista, o que restringe o acesso gratuito à assistência jurídica.

Em termos institucionais, verifica-se atuação relevante do MPT e de alguns sindicatos, mas ainda insuficiente para alcançar as áreas mais distantes. Iniciativas de unidades móveis de atendimento, campanhas de conscientização e capacitação jurídica popular mostraram-se instrumentos eficazes, mas de alcance restrito.

Esses achados reforçam a necessidade de reformulação de políticas públicas e estratégias interinstitucionais que contemplem a especificidade regional, assegurando o acesso real à Justiça e o fortalecimento da cidadania laboral.

## **CONCLUSÃO**

O estudo evidencia que o acesso à Justiça do Trabalho em Rondônia continua limitado por múltiplas barreiras, econômicas, geográficas, culturais e psicológicas, que atingem principalmente os trabalhadores em situação de vulnerabilidade. A prática recorrente de assinatura de cartas de demissão sob coação demonstra o quanto a pressão



psicológica e a fragilidade socioeconômica comprometem a autonomia e a dignidade do trabalhador.

Conclui-se que a efetivação da justiça social no âmbito laboral exige ações integradas entre Estado, instituições jurídicas e sociedade civil, capazes de reduzir as distâncias territoriais e simbólicas que afastam o trabalhador da tutela de seus direitos. Políticas de inclusão digital, ampliação da Defensoria Pública, fortalecimento dos sindicatos e medidas de prevenção ao assédio e à coação psicológica constituem caminhos necessários para a consolidação de uma Justiça do Trabalho verdadeiramente acessível, humana e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

FELICIO, Gabriela de Sampaio Bragança. Justiça social nas relações de trabalho: uma abordagem humanizada. **Revista Enit** (Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho), v. 8 n. 1, ano 8, 2024. Disponível em: <https://revistaenit.trabalho.gov.br/index.php/RevistaEnit/article/view/223>. Acesso em: 27 de out. de 2025.

SIMÕES, Paula Cristina de Oliveira. **O acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade**: os excluídos digitais e o papel do Conselho Nacional de Justiça. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-08012025-170037/pt-br.php>. Acesso em: 27 out. 2025.

SILVA, Thiago Nascimento da. **Acesso à justiça e desigualdade social**: um debate necessário. 2021. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/17662>. Acesso em: 27 de out. de 2025.

PADRÃO, Lorena Rodrigues. PADRÃO, Lorena Rodrigues. **Acesso à justiça e linguagem jurídica**: obstáculos à democratização do direito. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/24318>. Acesso em: 27 de out. de 2025.



RUELLA, Abighail Martins dos Santos. O direito do trabalho e as novas tecnologias: análise sobre o direito à desconexão. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18587>. Acesso em: 27 de out. de 2025.